

Brasil só retomará

omia

Orçamento

Jornal de Brasília • 5

crescimento em 92

Sônia Mossri

O Plano Plurianual de Investimentos, em elaboração pela Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério da Economia, prevê que o País somente volta a crescer a partir de 92, quando o Produto Interno Bruto (PIB) voltará a apresentar taxas positivas, devendo alcançar a marca de 2,5%. O Plano Plurianual de Investimentos seguirá para o Congresso até o próximo dia 31 de agosto, acompanhando o Orçamento Geral da União para 91.

As prioridades do Plano Plurianual, que engloba o período de 90 a 95, são investimentos em ciência e tecnologia, ampliação da infraestrutura básica (energia, telecomunicações e transportes), educação e saúde. Para 90, apesar de os próprios assessores do Ministério da Economia apostarem numa queda do Produto Interno Bruto de, aproximadamente, 3%, o Plano contém uma projeção classificada como otimista, que é de crescimento zero. Os assessores da área econômica acreditam que oficializar num documento de Governo a recessão teria um custo político muito grande para o presidente Collor. A mesma performance de 90 se repete em 91.

Projeções

As estimativas dos técnicos da Secretaria Nacional de Planejamento revelam que o País somente conviverá com uma economia em ritmo de crescimento a partir de 92, quando o PIB poderá atingir uma expansão de 2,5% no ano. As projeções para os anos seguintes são: 4% em 93; 5% em 94 e 5,5% a 6% em 95. A avaliação técnica revela que as taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto no Governo Collor ficarão em torno de 4% ao ano, o que é considerado compatível com a taxa de aumento da população brasileira, atualmente abaixo de 2%.

Além disso, os assessores da Secretaria Nacional de Planejamento lembram que o período de 30 anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, o Brasil apresentou um ritmo de crescimento na faixa média de 4% ao ano. O Plano Plurianual de Investimento difere do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), elaborado no Governo anterior, por contar as metas de investimentos do Governo Federal para cada setor, nos próximos cinco anos, com definição de fontes de receita e especificação das despesas de capital, custeio e programas de duração continuada.

Estatais

Os setores estatais de siderurgia, petroquímica e fertilizantes não serão contemplados com injeção de recursos públicos para novos investimentos, porque são áreas que serão privatizadas. Por isso mesmo, são alinhadas como fontes de receita a arrecadação oriunda dos certificados de privatização, venda de empresas estatais e projetos de financiamento já garantidos junto a organismos multilaterais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, e agências oficiais dos países desenvolvidos.

Seguindo orientação da área jurídica do Governo, o presidente Fernando Collor vetou os artigos do substitutivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do deputado José Serra (PSDB-SP) que vinculava 15% da receita tributária federal a novos investimentos, além do detalhamento das despesas. A área jurídica do Governo considera esses dois itens inconstitucionais por interpretar que o Plano Plurianual de Investimento não pode ser regulamentado pela LDO. O Ministério da Economia está preparando uma regulamentação específica para o Plano Plurianual, que também será enviada ao Congresso até 31 próximo.

Vem aí “operação desmonte”

O Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento Geral da União para 90 conterão uma nova “operação desmonte”, com transferência maciça de atividades exercidas atualmente pelo Governo Federal para estados e municípios. Construção e conservação de rodovias estaduais, mapeamento de mineração, concessionárias estaduais da extinta Portobrás e alguns serviços de saúde e educação serão transferidos integralmente para

governos estaduais e municipais.

A “operação desmonte” não é novidade. Com a reforma tributária implantada pela Constituição em 88, o ex-ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, transferiu várias atividades com recursos orçamentários para os estados e municípios. Essa tentativa não obteve pleno êxito porque esbarrou em obstáculos políticos, dentro do próprio Governo e a nível do Congresso Nacional. (S.M.)